



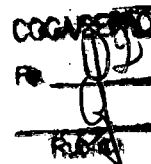
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO:	Ministério do Meio Ambiente Processo Nº 02000.001456/2012-64 Unid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO Interessado: GOVERNO DO AMAPA Resumo: Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Amapá. VOLUME I	
ASSUNTO:		CÓDIGO:
OUTROS DADOS:		

M O V I M E N T A Ç Õ E S							
SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA		SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	DZT		29/06/12	19			/ /
02	GMIMMA		03/07/12	20			/ /
03	ADOIO/SEIN		17/07/12	21			/ /
04	DZT/SEIN		18/07/12	22			/ /
05	DZT/SEIN		13/08/12	23			/ /
06			/ /	24			/ /
07			/ /	25			/ /
08			/ /	26			/ /
09			/ /	27			/ /
10			/ /	28			/ /
11			/ /	29			/ /
12			/ /	30			/ /
13			/ /	31			/ /
14			/ /	32			/ /
15			/ /	33			/ /
16			/ /	34			/ /
17			/ /	35			/ /
18			/ /	36			/ /

COGASEPRO
01
10/2

 MMA	GUIA DE PROVIDÊNCIA DE DOCUMENTO - GPD	Nº 04
		Data: 29/06/2012
IDENTIFICAÇÃO		
Tipo e Número Ofício 481/GAB/IEPA		Ministério do Meio Ambiente Processo Nº 02000.001456/2012-64 Inid.Autuadora: SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO Interessado: GOVERNO DO AMAPÁ Resumo: Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Amapá. VOLUME I
Procedência SEDR/DZT		
Registro 20437/2012		
Interessado Governo do Amapá		
Assunto Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Amapá.		
PROVIDÊNCIAS		
<input checked="" type="radio"/> Autuação <input type="radio"/> Arquivamento <input type="radio"/> Abertura de volume <input type="radio"/> Encerramento de volume <input type="radio"/> Desarquivamento <input type="radio"/> Reconstituição do processo nº _____ <input type="radio"/> Outros _____		
Justificativa (no caso de reconstituição do processo)		
Nome e ramal para contato após providência:		
AUTENTICAÇÃO		
Solicitante Data: <u>29 / 06 / 12</u>  Carimbo/Assinatura		Protocolo Central/Unidade Protocolizadora Recebi em: <u>29.06.12</u> Hora: <u>11:35</u>  Assinatura



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo

Protocolo Geral Nº 00000.020437/2012-00

(Folha de Rosto - Nº de Protocolo: 00000.020437/2012-00)

DE:	PARA:
DATA:	HORA:
<input type="checkbox"/> Acompanhar <input type="checkbox"/> Arquivar <input type="checkbox"/> Dar encaminhamento interno <input type="checkbox"/> Devolver <input type="checkbox"/> Falar-me <input type="checkbox"/> Providenciar	<input type="checkbox"/> Aguardar <input type="checkbox"/> Conhecer <input type="checkbox"/> Dar parecer <input type="checkbox"/> Examinar e Informar <input type="checkbox"/> Preparar minuta de resposta <input type="checkbox"/> Responder

Despacho / Observação

Do Dzt:
Para análise e
encaminhamentos pertinentes.

28
06
12

Larisa Gaivizzo
Chefe de Gabinete Secretaria de
Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

Recibo de Entrega de Documento

(Nº de Protocolo: 00000.020437/2012-00)

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Ass: _____



Av. Feliciano Coelho, 1509 – Bairro do Trem - 68.901-025 - Macapá-Ap – Fone/Fax: 0xx 96 3212.5341- PABX 3212 5342 a 3212.5343

Email: gabinete@iepa.ap.gov.br

Ofício nº 0481/GAB/IEPA

Macapá, 22 de junho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Guilherme Francisco Cabral
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
Ministério do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Gabinete do 7º Andar
CEP 70.068-9000 - Brasília/DF

Assunto: Encaminha documentações e manifestação de anuência para firmação do Acordo de Cooperação Técnica.

Senhor Secretário,

1. ☐ Considerando o interesse do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá/IEPA e a importância de se estabelecer o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre as instituições, além disso, manifestação da análise favorável pela Assessoria Jurídica deste Instituto, assim, salientamos a Vossa Excelência nossa anuência na consolidação do ACT, diante a retomada do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amapá.
2. ☐ Isto posto, encaminhamos a Vossa Excelência a documentação do representante legal por parte do IEPA para procedimentos necessários dessa Secretaria.
3. ☐ Ademais, contamos com vossa sensibilidade aos objetivos a que se propõe o presente, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Jane Maria da Silva Dias
Diretora-Presidente em Exercício

MMA - Protocolo SEDR	
Nº 00000 0 204371 2012-00	
DATA	RUBRICA
26/08/12	

Francisco José
1032657
SEDR GABINETE

COGAS 04
R. 04
12/12/12

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DO
AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE
PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS
DO ESTADO DO AMAPÁ, VISANDO A
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO
ESTADO DO AMAPÁ**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**, órgão da Administração Direta Federal nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília-DF, e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, por intermédio da **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na SQS 403, Bloco N, Apto. 202, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.237-140, portador da Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF nº 313.278.261-00 e nomeado Secretário pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, e o **ESTADO DO AMAPÁ**, por intermédio do **INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ - IEPA**, órgão da Administração Direta Estadual com sede na Av. Feliciano Coelho, nº 1.509, bairro Trem, Macapá-AP, inscrito no CNPJ nº 34.927.285/0001-22, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida Sergipe, nº 299, bairro Pacoval, Macapá-AP, CEP: 68.900-000, portador da Carteira de Identidade nº 291.562 (SSP/PA), inscrito no CPF nº 169.267.572-91 e nomeado Diretor-Presidente pelo Decreto nº 0013, de 03 de janeiro de 2011, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, submetendo-se às cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Amapá, por intermédio do IEPA, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Amapá, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;



b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado do Amapá no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado do Amapá;

d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado do Amapá, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado do Amapá;

e) colocar à disposição do Estado do Amapá as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) auxiliar o Estado do Amapá no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado do Amapá;

g) discutir com o Estado do Amapá o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado do Amapá; e

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II – Compete ao Estado do Amapá, por intermédio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado do Amapá para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado do Amapá;

b) articular e instituir a Comissão Estadual do ZEE do Estado do Amapá, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Amapá;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado do Amapá em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado do Amapá;

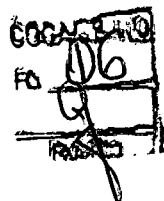
e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado do Amapá;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.





CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, respeitado o limite de sessenta meses.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

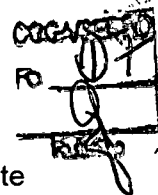
Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Cada um dos partícipes providenciará às suas expensas a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica em extrato, no Diário Oficial respectivo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta correr no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA





Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia no desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, fica consignado o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Os partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes, ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo



COGAC 08
RD
[Signature]

amigável, ressalvado os casos de competência originária do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso I, alínea f, da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2012.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR

AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas
e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA

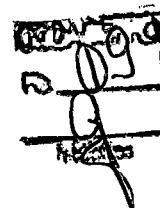
TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:



PLANO DE TRABALHO



1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Governo do Estado do Amapá – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá		CNPJ/MF: 34.927.285/0001-22	
ENDEREÇO: Avenida Feliciano Coelho, n.º 1.509, Bairro Trem			
CIDADE: Macapá	UF: Amapá	CEP: 68.900-260	
NOME DO RESPONSÁVEL: Augusto Oliveira Júnior		CPF: 169.267.572-91	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 291.562 (SSP/PA)			
ENDEREÇO: Avenida Sergipe, nº 299, bairro Pacoval, Macapá-AP, CEP: 68.900-000			

2. OUTRO PARTÍCIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/0002-98	
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”			
CIDADE: Brasília	UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-900	
NOME DO RESPONSÁVEL: Paulo Guilherme Francisco Cabral		CPF: 313.278.261-00	
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 675.375	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	

0024-PE-10
10
G
R-10

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Amapá, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal

Prazo para execução:

24 meses - julho de 2012 a julho de 2014.

Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado do Amapá realizará a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil amapaense.

Nesse processo, antes de sua implantação, é preciso proceder à discussão, revisão e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado do Amapá, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho. O cumprimento das metas será apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

Ademais, o novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) estabelece, em seu artigo 12, §5º, que o poder público estadual, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, poderá reduzir a reserva legal para até 50%, quando o estado tiver ZEE aprovado e mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas, e por terras indígenas homologadas. Atualmente, cerca de 72% do Estado do Amapá é constituído por áreas protegidas. No entanto, o estado ainda não dispõe de um ZEE de todo o seu território aprovado, o que impede a aplicação dessa medida.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do contrato

META	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)
		Unid.	
1	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos do meio físico-biótico do estado	relatórios e mapas aprovados	90
2	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos dos meios socioeconômico e jurídico-institucional do estado	relatórios e mapas aprovados	150
3	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios de dinamismo da paisagem natural (estado ambiental, diversidade ecossistêmica, estoques potenciais e vulnerabilidade natural à erosão) e de potencialidade social (potencial do arranjo espacial da população, potencial humano, potencial produtivo e potencial institucional)	relatórios e mapas aprovados	210
4	Avaliação e aprovação da carta de subsídios à gestão do território e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	270
5	Realização de consultas públicas para discussão e validação da carta de subsídios à gestão do território e das diretrizes propostas	atas das consultas públicas elaboradas	330
6	Consolidação da proposta final da carta de subsídios à gestão do território e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	360
7	Elaboração dos indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	indicadores elaborados	380
8	Elaboração do marco legal que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá	marco legal elaborado	400
9	Aprovação do novo marco legal pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente e pela Assembléia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	445

CCZEE-RO
RO
Rural

10	Realização dos ajustes finais e impressão dos mapas temáticos e relatórios técnicos	materiais gráficos publicados	505
11	Disponibilização do banco de dados relativo ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá em ambiente web	banco de dados disponibilizado	565
12	Encaminhamento ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	ZEE encaminhado	600
13	Análise e aprovação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	ata da reunião da CCZEE elaborada	660
14	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	730

OBS: (*) dias a partir da assinatura do contrato

E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília – DF, _____ de _____ de 2012.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas
e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº:
CI nº:

Nome:
CPF nº:
CI nº:



COGABEN
13
FAB 14

**INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO
AMAPÁ - IEPA**

ASSESSORIA JURÍDICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

PARECER Nº 0017/2012 - ASSEJUPI/IEPA

SOLICITANTE: Gabinete

ASSUNTO: Análise do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a ser firmado entre o IEPA e o MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.

Necessário se faz a apreciação do TERMO DE COMPROMISSO em face do estabelecido na Portaria Nº 1.340/01 GAB/IEPA, que dispõe sobre a política de Propriedade Intelectual (PI) deste Instituto de Pesquisas e o DECRETO ESTADUAL 6320/2002, e demais legislações pertinentes ao Direito de Propriedade Intelectual, bem como, de acordo com a Lei Nº 8.666/1993 e suas alterações.

O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a ser formalizado tem como objeto a cooperação técnico-científica com vistas a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do estado do Amapá, na escala 1: 2500.000.

Assim, esta ASSEJUPI/IEPA passa a analisar a minuta do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a ser celebrado entre as partes, passando a aduzir o que segue:

O TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA encontra-se de

acordo com as Leis de Licitações e Contratos Administrativos, bem como apresentam as cláusulas indispensáveis a todo instrumento jurídico de formalização de cooperação técnico-científica.

Verificam-se presentes dispositivos indispensáveis para lavratura desta forma de cooperação entre entes da administração pública, tais como: PROGRAMA DE TRABALHO, SIGILO, RESGUARDO DO DIREITO DE PROPRIEDADE, RECURSOS FINANCEIROS e VIGÊNCIA.

Sendo assim a Instituição, IEPA, não ocorre nem uma óbice quanto à assinatura do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.

Ex positis, por não vislumbrar cláusulas abusivas ou exorbitantes que tornem o documento passível de nulidade, pugnamos pela assinatura do presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para que seja assegurada a consecução do objeto pretendido.

Este é o parecer.

Macapá-AP, 21 de junho de 2012


Emílio Balcão de Souza
Assesup/IEPA
Doc. 2228

COCAINHO
Rm
Rm

**Referente ao Projeto de Lei nº 0020/05-GEA
LEI Nº 0919, DE 18 DE AGOSTO DE 2005
Publicada no Diário Oficial do Estado nº 3585, de 18/08/2005**

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre o ordenamento territorial do Estado do Amapá e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política de gestão e ordenamento territorial do Estado do Amapá, sendo o conjunto de princípios doutrinários que conformam e dão prática aos procedimentos e às ações institucionais no que concerne à mediação dos direitos e interesses sobre o uso e ocupação do território, assim como, sobre a conservação dos recursos naturais.

Art. 2º - A política de gestão e ordenamento territorial do Estado tem base nos seguintes fundamentos:

- I - o território é entendido como um conjunto natural, passível de utilização, obedecida à legislação existente e as que vierem a ser estabelecidas para garantir o desenvolvimento estadual, em bases sustentáveis;
- II - o ordenamento do território constitui uma função precípua do poder público, de modo a garantir o uso adequado dos recursos naturais, bem como o reconhecimento dos direitos sociais à terra;
- III - o ordenamento do território é um processo contínuo que necessita ser alimentado por estudos técnicos cada vez mais particularizados.

§ 1º - A política de gestão e ordenamento territorial do Estado se estrutura na implantação de um arcabouço institucional integrado e descentralizado que permita identificar e qualificar o espaço, considerando 3 (três) escalas:

- I - escala regional;
- II - escala sub-regional, e escala local.

§ 2º - A articulação das três escalas, constantes do parágrafo anterior, leva em consideração o princípio da hierarquização e não concorrência dos objetos.

Art. 3º - Fica criado o Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado Territorial - SEGIT.

Art. 4º - O SEGIT terá os seguintes objetivos:

- I - coordenar a gestão integrada e descentralizada do território do Estado do Amapá;
- II - arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com o uso do território;
- III - implementar a política estadual de gestão e ordenamento territorial;
- IV - planejar, regular e controlar o uso na forma da lei.

Art. 5º - O SEGIT terá sua constituição, competência e atribuições definidos por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES DE AÇÃO

Art. 6º - Constituem diretrizes para a implementação da política de gestão e ordenamento territorial do Estado do Amapá:

§ 1º - Na condição regional, em acordo com o macrodiagnóstico sócio-ambiental do Estado do Amapá, reconhecer as seguintes recomendações:

- I - as áreas institucionalizadas de uso específico já existentes e aquelas que vierem a ser criadas ou estabelecidas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, obedecerão, para fins de indução do desenvolvimento econômico e social, procedimentos de gestão integrada, caracterizando, no Estado do Amapá, um corredor de biodiversidade conforme regulamento específico;
- II - as áreas não enquadradas no inciso anterior estarão sob o efeito desta Lei.

§ 2º - Recomendar que o uso/ocupação do território, no nível regional, independente dos atuais processos de usos específicos, deva relevar as funções ecossistêmicas das grandes identidades naturais da região, assim admitidas:

I - ao macrodomínio dos sistemas inundáveis fica controlado o desenvolvimento de atividades que, isoladamente ou em conjunto, coloquem em risco a baixa estabilidade natural, altamente dependente dos regimes hidrodinâmicos locais, mediante as seguintes observações:

- a) proibição à implantação de obras ou serviços que impliquem em modificações na conformação fisiográfica, sem o cumprimento da legislação ambiental;
- b) diagnóstico do atual quadro da atividade pecuária, como possível agente de desequilíbrio ambiental, pressupondo a necessidade de ordenamento da atividade mediante estudos técnicos especializados, que apontem para a capacidade de suporte natural e redefinição de módulo produtivo;
- c) implantação de medidas que favoreçam a melhoria do padrão tecnológico da pecuária, levando-a a modelos mais vantajosos economicamente e com menor pressão sobre os recursos naturais;
- d) vinculação da exploração madeireira e do palmito de açaí na várzea, à obrigatoriedade de cadastro ambiental e de credenciamento de manejo florestal;
- e) a exploração de outros produtos não madeireiros está sujeita às regras deste inciso I;
- f) garantia de uso dos estoques faunísticos, prioritariamente, como suprimento alimentar

COCAIN
15
R
R

pelas populações residentes locais, com o objetivo de subsistência, sendo possível, excepcionalmente, a exploração comercial, desde que, obedecidas às exigências regidas por lei específica.

II - ao macrodomínio dos sistemas savaníticos tipo cerrado amazônico, fica controlado o desenvolvimento de atividades que, isoladamente ou em conjunto, possam causar danos irreversíveis à paisagem natural ou causar constrangimento ao *modus vivendi* das populações tradicionalmente estabelecidas, sendo definido:

- a) implantação de medidas que garantam a criação de unidades de conservação em áreas representativas do ecossistema;
- b) acompanhamento de atividades que potencialmente promovam grandes transformações naturais, através da avaliação socioeconômica e ambiental, mediante estudos técnicos especializados que analisem os problemas existentes;
- c) garantir mecanismos de proteção aos mananciais que têm origens ou alimentam o cerrado;
- d) prover incentivos para que a produção agrossilvipastoril em cerrado priorize a regionalização de outras conexões produtivas, voltadas à agregação de maior valor social.

III - ao macrodomínio dos sistemas florestais de terra firme, entendido como região natural sustentada por complexos processos silvigênicos, fica controlado o desenvolvimento de atividades que, isoladamente ou em conjunto, concorram para a conversão da estrutura e funcionamento do ecossistema, mediante:

- a) reconhecimento dos atuais eixos de ocupação humana que se apresentam baseados no uso da floresta para fins de agricultura de subsistência:

1 - incentivar atividades de subsistência do uso da floresta que promovam alternativas para a redução da prática agrícola itinerante;

2 - o uso da floresta por parte das populações tradicionais, comunidades locais e outros grupos humanos, deverá ser considerado prioritário em programas de floresta de produção e receber os necessários incentivos e financiamentos públicos.

- b) a criação de novos assentamentos humanos em áreas de floresta, para fins agropecuários, resguardada a legislação existente, dependerá de autorização do órgão estadual competente e da Assembléia Legislativa;
- c) será desestimulada a conversão da floresta em pastagem e só poderá ser, eventualmente, realizada, resguardado o cumprimento da legislação ambiental existente, quando comprove ser imprescindível para o benefício da população;
- d) estimular o uso das formações florísticas secundárias (capoeiras) em programações produtivas que sejam centradas no emprego de técnicas de uso e conservação do solo;
- e) incentivar o uso racional dos recursos florestais madeiráveis e não madeiráveis, através do manejo florestal sustentável, com vistas à geração de produtos e serviços florestais;
- f) o uso econômico dos maciços florestais deve submeter-se ao total acompanhamento e supervisão do poder público estadual, através da regulamentação de categorias territoriais que permitam a concessão de manejos sustentáveis.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - A condição normativa do uso e ocupação territorial referente às escalas sub-regional e local terá como instrumento técnico os resultados do Zoneamento Ecológico-Econômico e Gerenciamento Costeiro, e deverá ser estabelecida na forma da Lei.

Art. 8º - Esta Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo e definirá:

I - o incentivo à criação de programas que levem ao aproveitamento sustentável do conteúdo cênico-paisagístico aliado à promoção do desenvolvimento socioeconômico das populações tradicionais;

II - as garantias ao direito de livre acesso às comunidades dispersamente distribuídas, priorizando a resolução dos conflitos já estabelecidos;

III - a regularização fundiária das terras públicas, priorizando, para áreas acima de 500 ha, o sistema de concessão de uso ou de aforamento temporário, antes de se proceder à eventual alienação por titulação definitiva;

IV - a garantia de incentivos à promoção de estudos, pesquisas e experimentação voltados ao aproveitamento múltiplo dos recursos naturais;

V - a definição dos espaços e regularização do território quilombola, áreas de uso imemorial de comunidades locais, e dos territórios que já vêm sendo tradicionalmente utilizados como área comunitária em situação de convivência humana e de práticas produtivas ou reconhecidas pela Constituição Federal.

Art. 9º - A intervenção decorrente de atividade minerária deve cumprir com o disposto em legislação específica e ambiental vigentes.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá, 22 de julho de 2005.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ

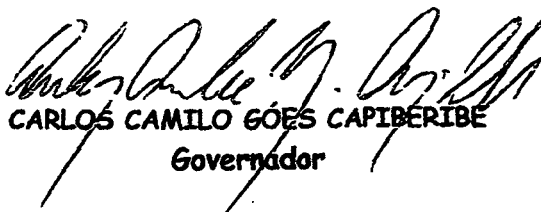
DECRETO Nº 0013 DE 03 DE JANEIRO DE 2011

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 119, inciso II, da Constituição do Estado do Amapá,

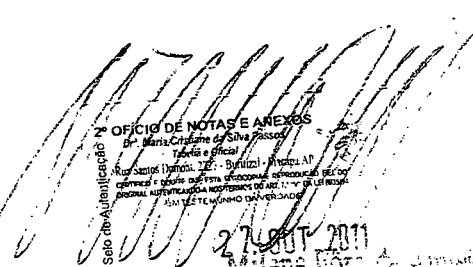
RESOLVE:

Nomear **Augusto de Oliveira Júnior** para exercer o cargo em comissão de Diretor-Presidente, **Código FGS-4**, do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.



















Macapá, 03 de janeiro de 2011


CARLOS CAMILO GÓES CAPIBERIBE
Governador

GEPA_TITULAR 31.12.10.N01

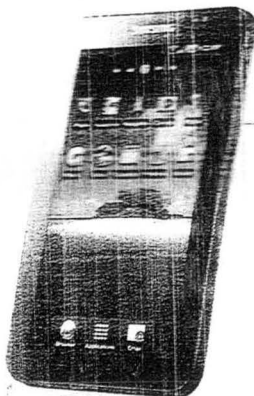

2º OFÍCIO DE NOTAS E ANEXOS
Dr. Maria Cristina de Silva Passos
Técnicas e oficiais
Assessoria Jurídica, ZT - Jurídica - Promotoria
geral e gestão de recursos humanos, controle de
gestão, administração municipal de art. 11º de lei municipal
EM 15 DE JUNHO DE 2011

Selo de Autenticação
27/01/2011
Milene Fort de Almeida
Escritório Autenticação

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO	
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO	
	CPF DO TITULAR DO EXERCÍCIO
	201562-220-22
	DE
	DATA DO EXERCÍCIO
	169-267-572-91 20/12/1964
NOME	
AUGUSTO DE OLIVEIRA	
NOME DO PAI	
JOSÉ ROGERIO DE OLIVEIRA	
DATA DE NASCIMENTO	
20/12/1964	
SEXO	
MASCULINO	
COR	
BRANCO	
ESTADO CIVIL	
CASADO	
PROFISSÃO	
ENFERMEIRO	
ENDEREÇO	
RUA JOSE DE OLIVEIRA, 100 - JARDIM PAZ - FLORESTA - SÃO PAULO - SP	
Cidade	
SÃO PAULO - SP	
Estado	
SP	
Data de Emissão	
22/08/2008	
Assinatura	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	
Assinatura do Representante Legal	



Você, sem fronteiras.



PARA VOCÊ
O QUE É TER MOBILIDADE?

As 3 respostas mais criativas e originais ganham um Samsung Galaxy.

Envie um torpedo para 2006 com a palavra TAB seguida de sua frase com, no máximo, 160 caracteres (palavra + resposta).

Você também pode participar pelo site:

www.tim.com.br/concursosctimtimportimtim

Regulamento disponível em www.tim.com.br

< CONCURSO PROMOCIONAL

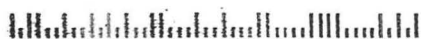
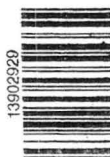
COCA-COLA

18
PACOS

> SAMSUNG GALAXY TAB. COM O 3G DA TIM, VOCÊ
NAVEGA COMO SE ESTIVESSE NO SEU COMPUTADOR.



Você, sem fronteiras.



CDD MACAPÁ AP CID
AUGUSTO DE OLIVEIRA JUNIOR
AV SERGIPE, 567 - CASA 299
PACOVAL
68908-310 - MACAPÁ - AP



7209034307491090000000317930260711



AGORA VOCÊ TAMBÉM PODE USAR O CÓDIGO 41
DO SEU TELEFONE FIXO PARA FAZER DDD E DDI.

OS MELHORES PLANOS E AS MAIORES VANTAGENS PARA VOCÊ FALAR SEM FRONTEIRAS

41

Conheça os planos em www.tim.com.br

CÓDIGO DAS PRESTADORAS DE LONGA DISTÂNCIA				Atendimento ao Cliente: 1056	
41 TIM	14 BRASIL TELECOM	25 GVT	27 AEROTECH	Deficientes Auditivos e de Fala: 0800 741 25 80	
15 TELEFONICA	31 OI	12 CTBC	91 IP CORP	Anatel: 1331	
21 EMBRATEL	23 INTELIG	43 SERCOMTEL	24 PRIMEIRA ESCOLHA		

Para Uso Exclusivo dos Correios

Na eventual impossibilidade da entrega, este documento deve ser retornado à Alameda Araguaia, 220 - Alphaville Industrial - Barueri/SP - CEP 06455-912

☐ Mudou-se ☐ Não existe nº indicado ☐ Desconhecido ☐ Não Procurado ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico
☐ Ausente ☐ Endereço Insuficiente ☐ Recusado ☐ Falecido ☐ Outros

Reintegrado ao serviço postal em: _____

Responsável: _____

Atenção Clientes TIM

Para enviar correspondências para TIM, acesse www.tim.com.br ou ligue *144 de qualquer celular e fixe...

MISTO

Papel produzido a partir de fontes responsáveis





COCAINATO
19
RUBENS

Ministério do Meio Ambiente
Departamento de Zoneamento Territorial

Protocolo Geral Nº 00000.020437/2012-00

Data do Protocolo: 26/06/2012

Hora do Protocolo: 17:53:28

Nº do Documento: 481

Data do Documento: 22/06/2012

Tipo do Documento: OFICIO

Procedência: [INSTITUTO DE PESQUISA CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ - IEPA]

Signatário/Cargo: JANE MARIA DA SILVA DIAS/DIRETORA-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Resumo: Encaminhamento documentação e manifestação de anuência para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica.

Cadastramento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Francinete Gomes de Lima] [EST2025]

REGISTRE A TRAMITAÇÃO. - TRAMITE O DOCUMENTO ORIGINAL. - RACIONALIZE: EVITE TIRAR CÓPIAS.

Data da Tramitação: 28/06/2012

Hora da Tramitação: 11:32:16

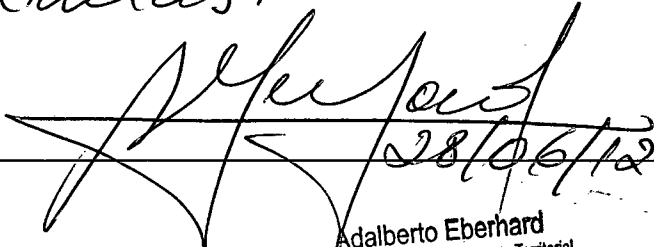
Destino: [Departamento de Zoneamento Territorial]

Despacho: Ao DZT, para análise e encaminhamento pertinente.

C mento: [Ministério do Meio Ambiente] [Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - Apoio Administrativo] [Adao Rubens Freitas] [EST2051]
R nto: [Departamento de Zoneamento Territorial] [28/06/2012 14:44:16] [Eliene Portela Nascimento] [EST0228]

REGISTRAR OS DOCUMENTOS ANEXADOS NAS TRAMITAÇÕES

DOCUMENTOS APENSADOS

1º A Gerência do FEE para análise e pro- mulgância.  28/06/12 Adalberto Eberhard Diretor do Depto de Zoneamento Territorial SEDR/MMA	2º
3º	4º
5º	6º

Ministério do Meio Ambiente
SECEX/SPOA/CGGA/DIATA/SEPRO

CONFERIDO

Processo autuado com 19 peça(s).

Data:

29/06/12

Gonçalves
SERVIDOR

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Amapá

Origem: Departamento de Zoneamento Territorial

Brasília/DF, 29 de junho de 2012.

NOTA TÉCNICA n° 36/2012/DZT/SEDR/MMA

Ref: Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Amapá, para elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá – Processo n° 02000.001456/2012-64.

1. Introdução

1.1. Trata-se, a presente Nota Técnica, da celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), e o Estado do Amapá, por intermédio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa).

1.2. O Iepa, por meio do Ofício n° 0481/GAB/IEPA, de 22 de junho de 2012, formalizou seu interesse em estabelecer o ACT em tela, visando a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do Estado do Amapá, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal. Para isso, o Iepa encaminhou uma minuta do Acordo de Cooperação Técnica e do respectivo Plano de Trabalho a ser cumprido durante os 24 meses de vigência do ACT, com manifestação favorável pela Assessoria Jurídica do Instituto.

1.3. O Ofício n° 0481/GAB/IEPA encaminhou, também, como anexos, a lei n° 919, de 18 de agosto de 2005, que dispõe sobre o ordenamento territorial do Estado do Amapá e dá outras providências, o decreto n° 0013, de 03 de janeiro de 2011, contendo a nomeação do Diretor-Presidente do Iepa, Augusto de Oliveira Júnior, e a documentação pessoal do Diretor-Presidente (carteira nacional de habilitação, contendo os números do documento de identidade e do CPF, e comprovante de endereço).

2. Parecer Técnico

2.1. Tradicionalmente, as políticas públicas brasileiras são caracterizadas pela baixa coordenação, coerência e consistência das ações desenvolvidas. As instâncias responsáveis pela formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas ainda carecem de uma maior troca de informações e perspectivas para a construção de estratégias de intervenção

transversais e mais abrangentes. Como resultado, a trajetória das políticas públicas é profundamente marcada por direções relativamente autônomas e fragmentadas, pautadas por visões distintas – e, por vezes, contraditórias – dos problemas e soluções.

2.2. Contudo, a percepção de que no núcleo dos obstáculos ao desenvolvimento está a falta de uma abordagem integrada aos problemas que atingem a sociedade, faz crescer uma tendência de se instaurar um novo modelo de gestão pautado na conciliação e no reforço mútuo dos resultados e dos meios institucionais para seu alcance, cabendo ao zoneamento ecológico-econômico papel fundamental nesse processo.

2.3. Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, o ZEE representa uma ferramenta integrada de diagnóstico e proposição de diretrizes socialmente pactuadas de uso e ocupação do território, buscando orientar os esforços de investimento do governo e do setor privado com base na viabilização de atividades econômicas dinâmicas que reconheçam e valorizem a diversidade local. Assentado no uso sustentável dos recursos naturais e na melhoria das condições de vida da população, o ZEE objetiva impedir, portanto, movimentos indesejados de ocupação de áreas ainda conservadas, estimulando uma melhor utilização das áreas já degradadas e conservando a capacidade de reprodução dos ecossistemas regionais.

2.4. No Estado do Amapá, com a definição política, sobretudo a partir de 1995, da perspectiva do desenvolvimento sustentável como cerne das ações governamentais, o zoneamento ecológico-econômico passou a ser valorizado como instrumento estratégico à gestão e ordenamento regional.

2.5. Sob os auspícios de recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), foi realizada, em especial durante o período de 1996 a 2005, uma série de estudos voltados à gestão e ordenamento territorial do estado. Primeiramente, foi desenvolvido o ZEE da Área Sul do Amapá, abrangendo os municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari, concluído no ano 2000. Elaborado, basicamente, a partir da competência de técnicos locais, o ZEE da Área Sul do estado, além do próprio significado como primeiro instrumento de gestão e ordenamento territorial do Amapá, teve outros rebatimentos no desenvolvimento de estudos territoriais complementares, como o Macrodiagnóstico do Estado do Amapá (2002), Realidades de Mazagão e Realidades de Laranjal do Jari (2005).

2.6. Em 2005 foi publicada também a lei nº 919, de 18 de agosto, dispondo sobre a política de gestão e ordenamento territorial do Estado do Amapá, sendo o conjunto de princípios que conformam e dão prática aos procedimentos e às ações institucionais no que concerne à mediação dos direitos e interesses sobre o uso e ocupação do território, assim como sobre a conservação dos recursos naturais do estado.

2.7. Atualmente, após um relativo período de estagnação das atividades relacionadas ao ZEE, a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, ligando o Amapá à Guiana Francesa, abre uma nova dinâmica de ocupação no estado, exigindo medidas de gestão e ordenamento territorial que demandam a retomada e conclusão do ZEE, na escala de 1:250.000, em todo o estado. Ademais, o novo Código Florestal (lei nº 12.651/2012) estabelece, em seu artigo 12, §5º, que o poder público estadual, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, poderá reduzir a reserva legal para até 50%, quando o estado tiver ZEE aprovado e mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas, e por terras indígenas homologadas. Atualmente, cerca de 72% do



Estado do Amapá é constituído por áreas protegidas. No entanto, o estado dispõe do ZEE somente para a área sul do Amapá, o que impede a aplicação dessa medida.

2.8. Assim, o Acordo de Cooperação Técnica proposto visa conjugar esforços para a elaboração e implementação do ZEE de todo o Estado do Amapá, na escala de 1:250.000, de forma integrada ao MacroZEE da Amazônia Legal, por meio do desenvolvimento das atividades constantes no Plano de Trabalho, não implicando, contudo, na transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

2.9. O Acordo será celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente - por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, onde se insere o Departamento de Zoneamento Territorial, responsável por coordenar a elaboração do ZEE no território nacional e promover o ZEE das unidades da federação – e o Estado do Amapá, por intermédio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, que possui um Centro de Ordenamento Territorial dotado de servidores com larga capacidade técnica interdisciplinar e bases laboratoriais de geoprocessamento adequadas ao atendimento das exigências operacionais do ZEE.

2.10. Ao Ministério do Meio Ambiente, caberá assistir o Estado do Amapá no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do estado, garantindo o atendimento aos pressupostos técnicos e institucionais estabelecidos no decreto nº 4.297/2002 e mediando a participação das instituições que integram o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico na execução do Plano de Trabalho.

2.11. Para tanto, o Plano de Trabalho prevê a avaliação conjunta dos produtos intermediários (diagnóstico dos meios físico, socioeconômico e jurídico-institucional) e final (carta de subsídios à gestão do território) do ZEE do Estado do Amapá, com a realização de consultas públicas para discussão e validação dos resultados alcançados para posterior institucionalização do ZEE por meio de marco legal específico.

2.12. Além disso, para viabilizar a integração do ZEE do Estado do Amapá ao MacroZEE da Amazônia Legal, o MMA colocará à disposição do estado as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal, bem como dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho.

2.13. O Estado do Amapá, por sua vez, por intermédio do Iepa, terá como atribuições principais a constituição de um Grupo de Trabalho Interno, responsável pela coordenação do ZEE do estado, e a articulação e instituição da Comissão Estadual do ZEE do Estado do Amapá, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do zoneamento.

2.14. Por fim, de modo a fomentar a internalização dos produtos do ZEE do Estado do Amapá nas instituições governamentais e na sociedade, o Plano de Trabalho estabelece a realização de atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE e mecanismos que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do zoneamento.

3. Conclusão


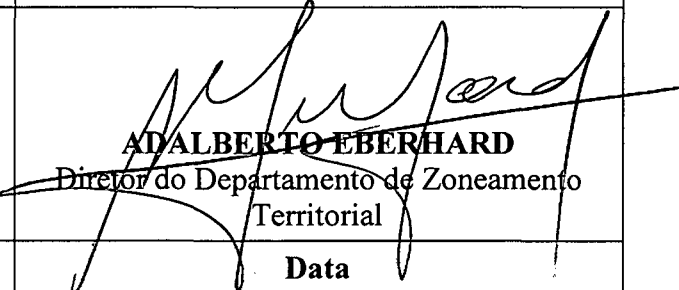

3.1. A atuação do Estado na Amazônia Legal não foi marcada por uma concepção estratégica que buscasse compatibilizar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento. Grande parte dos incentivos fiscais e financeiros concedidos nas últimas décadas contribuiu para a exploração extensiva dos recursos naturais, com benefícios econômicos de curto prazo, baixa internalização na região dos lucros dos empreendimentos e pouco potencial de agregação de valor à produção local.

3.2. Como resposta, têm ganho ênfase, nos últimos anos, instrumentos de gestão e ordenamento territorial, em especial o ZEE, com o objetivo de conciliar as tendências de integração local, regional e nacional com a necessidade premente de se promover um novo modelo de desenvolvimento sustentável, mais equilibrado e que gere menos pressões sociais e ambientais.

3.3. Tendo em perspectiva os princípios do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), merecem apoio, portanto, iniciativas de cooperação como a aqui analisada. As disposições contidas na minuta do Acordo de Cooperação Técnica, bem como no respectivo Plano de Trabalho, estão compatíveis com o que designa o decreto nº 4297/2002 e as Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil.

3.4. Assim, tendo como base a análise contida na seção anterior dessa Nota Técnica, este Departamento manifesta-se favorável à celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica, propondo, portanto, o encaminhamento do Processo nº 02000.001456/2012-64 à Consultoria Jurídica do MMA para análise e encaminhamentos necessários.

À consideração superior,

ASSINATURAS	
Responsável pela elaboração da nota técnica	Chefia Imediata
 BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL Gerente do Programa ZEE Brasil SEDR/MMA	 ADALBERTO EBERHARD Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial
Diretor	Data
 PAULO GUILHERME CABRAL Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	Brasília, 29 de junho de 2012.

Às Gabinete da SEDR,

Segue a Nota Técnica Nº 36/2012/DZT,
relativa ao Acordo de Cooperação Técnica
com o Estado do Amapá, para assinatura
do Sr. Secretário e posterior encaminhamento à Consultoria Jurídica do MMA.

29/06/12

Att,

Bruno A. Saber

Bruno Abe Saber Miguel
Gerente do Programa ZEE Brasil
SEDR/MMA



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.001456/2012-64

Fls. 24

Em 02 de Julho de 2012.

Ao Gabinete da Ministra/GM,

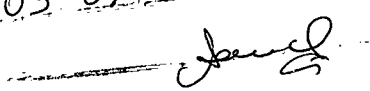
Encaminha-se processo para análise e posterior encaminhamento a Conjur.

Atenciosamente,


RAFAEL SALDANHA GANGANA
Chefe de Gabinete Substituto

A Cassur, em 10/07/12


Marcete Sampaio de Castro
Chefe de Gabinete da Ministra

COA SUBSTITUIÇÃO
Recebido
03/07/12 17:13




PROTOCOLO DE ENTRADA DE PROCESSO NA CONJUR/MMA

Nº do Processo	Data de Ingresso	Hora	Origem:
02000 00145612012-64	11/07/12	15:11	GAB

Francisco

Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

DESPACHO DO CONSULTOR JURÍDICO

Encaminhem-se os presentes autos à (o):

☐ Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos

☒ Coordenação-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

☐ Apoio Administrativo

OBS:

Brasília, 11/07/2012

[Assinatura]

Jose Roberto Lima O' de Almeida
Consultor Jurídico MMA

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Distribuem-se os presentes autos, para as providências pertinentes, à(o) Dr(a):

☐ Clemliton Barros

☐ Regina Baruzzi

☒ Rodrigo Magalhães

☐ Jamil Cardoso

☐ Thais Madruga

☐ Tânia Arrais

☐ Juliana Corbacho

☐ Jacira Rocha

☐ Theresa Cristina

☐ Marcelo Conceição

☐ Natanael Ramos

☐

☐ Priscila Oliveira

☐ Odílio Siqueira

☐

OBS:

Brasília, 12/07/2012

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos

Tânia Arrais
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes MMA

DISTRIBUIÇÃO

Efetuei a entrega dos presentes autos ao seu destinatário em 13/07/2012

[Assinatura]
Servidor do Serviço de Apoio Administrativo

11:05

RECEBIMENTO

Recebi os presentes autos.

Brasília, 13/07/12

[Assinatura]
Advogado

DEVOLUÇÃO

Encaminho os presente autos à Coordenação-Geral, com:

[Assinatura]

Brasília, 16/07/2012

[Assinatura]
Advogado



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS, CONTRATOS E AJUSTES

PARECER n.º 529/2012/CGCA/CONJUR-MMA/CGU/AGU/rmp

PROCESSO n.º 02000.001456/2012-64

INTERESSADO: SEDR

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E ESTADO DO AMAPÁ. PARECER TÉCNICO FAVORÁVEL, EXPLICITANDO AS RAZÕES PARA A CELEBRAÇÃO DO AJUSTE. VIABILIDADE JURÍDICA.

Senhor Consultor Jurídico Substituto,

Trata-se de análise de minuta de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, e o Estado Amapá, por meio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá/IEPA, autarquia estadual, cujo objeto é a cooperação técnica visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá, na Escala 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (Macro ZEE) da Amazônia Legal.

2 Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar no 73, de 1993 subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico-formais da minuta acostada à contracapa dos autos.

3 A celebração do instrumento *sub examine* pré ordena-se ao estabelecimento de

atribuições e responsabilidades a cargo de cada um dos signatários do Acordo de Cooperação a ser celebrado.

4. No que diz respeito à conveniência e oportunidade da celebração do ajuste, o setor competente da SEDR, corrobora a sua pertinência. É o que se infere da Nota Técnica n.º 36/2012/DZT/SEDR/MMA, fls. 20/23, do processo em epígrafe, que aprovou a documentação constante dos autos e recomendou a celebração do Instrumento.

5. O instrumento jurídico analisado serve para viabilizar relações de cooperação técnica interinstitucional, não envolvendo transferência de recursos financeiros.

6 No que concerne à minuta do Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado, a sua elaboração atende as prescrições constantes do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993, de aplicação subsidiária à hipótese vertente, por força da disposição constante do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, que preconiza a aplicação dos preceptivos desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes, e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

7 Assim, abstraídos os aspectos técnico-administrativos da alçada do gestor, bem como os de conveniência e de oportunidade, não sujeitos a crivo deste órgão jurídico, o Acordo de Cooperação ora examinado, reúne as condições formais e essenciais aos instrumentos da espécie, não havendo óbice legal à assinatura da minuta de fls. 04/08, devidamente chancelada por esta Consultoria Jurídica.

À consideração superior. Após, à SEDR para as providências decorrentes.

Brasília, 16 de julho de 2012.



Rodrigo Magalhães Pereira
Coordenador-Geral de Atos, Contratos e Ajustes
Substituto



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

02000.001456/2012-64

DESPACHO/CONJUR/MMA/Nº 837/2012

Aprovo o Parecer nº 529/CGCA/CONJUR – MMA/CGU/AGU/rmp.
Encaminhem-se os autos à SEDR para as providências decorrentes.

Brasília, 17 de junho de 2012.


CLEMILTON DA SILVA BARROS

Advogado da União

Consultor Jurídico-substituto



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE

Processo nº 02000.001456/2012-64

Fls. 28

Em 18 de Julho de 2012.

Ao Departamento de Zoneamento Territorial/DZT,

Segue processo para demais providências.

Atenciosamente,

Rafael Saldanha Gangana
RAFAEL SALDANHA GANGANA
Chefe de Gabinete Substituto

*✓ Gerencia do ZEE para as
providências necessárias.*

Adalberto Eberhard
17/07/12

Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de Zoneamento Territorial
SEDR/MMA



Governo do
Amapá
Tempo novo, Tempo de ideias



Av. Feliciano Coelho, 1509 – Bairro do Trem - 68.901-025 - Macapá-Ap – Fone/Fax: 0xx 96 3212.5341- PABX 3212 5342 a 3212.5343

Email: gabinete@iepa.ap.gov.br

Ofício nº 0555/GAB/IEPA

Macapá, 27 de julho de 2012.

A Sua Senhoria o Senhor

Bruno Siqueira Abe Saber Miguel

Gerente de Zoneamento Ecológico-Econômico do Departamento de Zoneamento Territorial

Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 9º Andar – Sala 950.

CEP 70.068-900 - Brasília/DF

Assunto: Encaminha Acordo de Cooperação Técnica.

Senhor Gerente,

1. Considerando o interesse do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá/IEPA e a importância de se estabelecer o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre as instituições, estamos encaminhando a Vossa Senhoria 02 (duas) vias do Acordo Cooperação Técnica, celebrada entre esse Ministério do Meio Ambiente – MMA e este Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA, devidamente assinado pelo Diretor Presidente deste Instituto Augusto de Oliveira Júnior, para as providências cabíveis.
2. Ademais, contamos com vossa sensibilidade aos objetivos a que se propõe o presente, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


Augusto de Oliveira Júnior
Diretor-Presidente

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL, E O ESTADO DO
AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE
PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS
DO ESTADO DO AMAPÁ, VISANDO A
ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO
ESTADO DO AMAPÁ**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**, órgão da Administração Direta Federal nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília-DF, e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, por intermédio da **SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SEDR**, neste ato representada por seu Secretário, **PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na SQS 403, Bloco N, Apto. 202, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.237-140, portador da Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS), inscrito no CPF nº 313.278.261-00 e nomeado Secretário pela Portaria nº 365, publicada no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2012, e o **ESTADO DO AMAPÁ**, por intermédio do **INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ - IEPA**, órgão da Administração Direta Estadual com sede na Av. Feliciano Coelho, nº 1.509, bairro Trem, Macapá-AP, inscrito no CNPJ nº 34.927.285/0001-22, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida Sergipe, nº 299, bairro Pacoval, Macapá-AP, CEP: 68.900-000, portador da Carteira de Identidade nº 291.562 (SSP/PA), inscrito no CPF nº 169.267.572-91 e nomeado Diretor-Presidente pelo Decreto nº 0013, de 03 de janeiro de 2011, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, submetendo-se às cláusulas a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Amapá, por intermédio do IEPA, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Amapá, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I – Compete ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:

a) obedecer e fazer obedecer os pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, de acordo com os Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007;

b) coordenar tecnicamente o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE Brasil, mediando a participação das instituições que o compõem na execução do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

c) assistir o Estado do Amapá no desenvolvimento das diversas etapas de elaboração e implementação do ZEE do Estado do Amapá;

d) definir equipe técnica para, juntamente com o Estado do Amapá, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado do Amapá;

e) colocar à disposição do Estado do Amapá as bases de informações do MacroZEE da Amazônia Legal e dos demais programas, planos e projetos de sua responsabilidade, convergentes com as atividades do Plano de Trabalho previsto neste Acordo;

f) auxiliar o Estado do Amapá no desenvolvimento de indicadores de monitoramento da implementação do ZEE do Estado do Amapá;

g) discutir com o Estado do Amapá o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

h) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o Estado do Amapá; e

i) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

II – Compete ao Estado do Amapá, por intermédio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá:

a) designar Grupo de Trabalho Interno responsável pela coordenação do ZEE do Estado do Amapá para, juntamente com a equipe técnica do MMA, fazer o acompanhamento técnico do ZEE do Estado do Amapá;

b) articular e instituir a Comissão Estadual do ZEE do Estado do Amapá, com a finalidade de supervisionar e avaliar a elaboração e implementação do ZEE do Estado do Amapá;

c) definir arranjos institucionais para inserção do ZEE do Estado do Amapá em programas, planos, políticas e projetos, públicos e privados, com vistas a promover a implementação do zoneamento;

d) realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE do Estado do Amapá;

e) definir meios que assegurem a divulgação, o acesso e o compartilhamento da base de informações do ZEE do Estado do Amapá;

f) discutir com o MMA o Plano de Trabalho relativo ao presente Acordo de Cooperação Técnica;

g) observar o Plano de Trabalho acordado e aprovado, em conjunto com o MMA; e

h) viabilizar meios para implementação das atividades previstas no Plano de Trabalho deste Acordo de Cooperação Técnica.

19

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, se houver interesse dos partícipes, conforme previsto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, respeitado o limite de sessenta meses.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada sua divulgação total ou parcial sem consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Cada um dos partícipes providenciará às suas expensas a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica em extrato, no Diário Oficial respectivo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo esta correr no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

O presente Acordo de Cooperação Técnica será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia no desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, fica consignado o Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Os partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes, ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange à interpretação e/ou cumprimento do presente Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os casos omissos do presente Acordo de Cooperação Técnica serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito

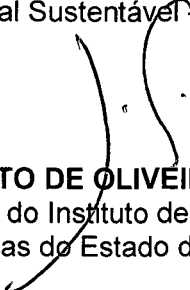
19

Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso I, alínea f, da Constituição Federal.

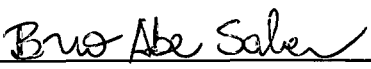
E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

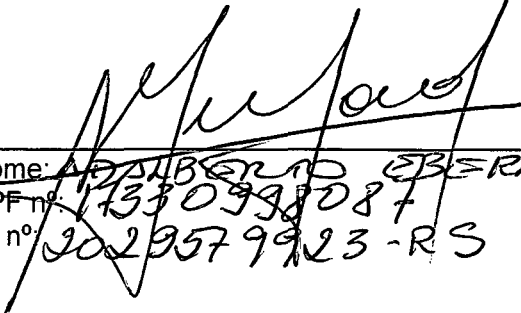
Brasília – DF, 07 de agosto de 2012.


PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável - SEDR


AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas
e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA

TESTEMUNHAS:


Nome: BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL
CPF nº: 060.610.126 - 83
CI nº: 12.338.626 (SSP/MG)


Nome: ADALBERTO EBERHARD
CPF nº: 133.099.808-7
CI nº: 2029579923-RS



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Governo do Estado do Amapá – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá		CNPJ/MF: 34.927.285/0001-22	
ENDEREÇO: Avenida Feliciano Coelho, n.º 1.509, Bairro Trem			
CIDADE: Macapá	UF: Amapá	CEP: 68.900-260	
NOME DO RESPONSÁVEL: Augusto Oliveira Júnior		CPF: 169.267.572-91	
REG/ÓRGÃO EXPEDIDOR: 291.562 (SSP/PA)			
ENDEREÇO: Avenida Sergipe, nº 299, bairro Pacoval, Macapá-AP, CEP: 68.900-000			

2. OUTRO PARTICIPE

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável		CNPJ/MF: 37.115.375/0002-98	
ENDEREÇO: Esplanadas dos Ministérios – Bloco “B”			
CIDADE: Brasília	UF: Distrito Federal	CEP: 70.068-900	
NOME DO RESPONSÁVEL: Paulo Guilherme Francisco Cabral		CPF: 313.278.261-00	
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 675.375	ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/MS	CARGO: Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	

109

)

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Amapá, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal

Prazo para execução:

24 meses - julho de 2012 a julho de 2014.

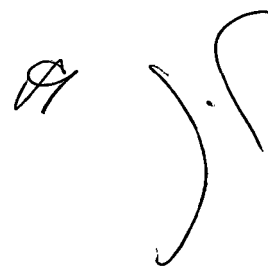
Identificação do objeto:

O ZEE constitui um instrumento estratégico, de cunho técnico e político, destinado a promover o desenvolvimento regional sustentável e, particularmente, a combater os problemas decorrentes da ocupação territorial desordenada, em especial o uso não sustentável dos recursos naturais. Atua, ainda, como subsídio para negociações democráticas entre órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, o ZEE do Estado do Amapá realizará a caracterização dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional do estado, avaliando as limitações e potencialidades do território com vistas à definição de uma proposta de gestão territorial pactuada com os diversos órgãos do poder público e da sociedade civil amapaense.

Nesse processo, antes de sua implantação, é preciso proceder à discussão, revisão e validação dos produtos que integram o ZEE do Estado do Amapá, conforme estabelecido nas metas enumeradas no Plano de Trabalho. O cumprimento das metas será apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente e pelas instituições que integram o Consórcio ZEE Brasil, a partir dos pressupostos técnicos e institucionais do Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, estabelecidos nos Decretos nº 4.297, de 10 de julho de 2002, e nº 6.288, de 06 de dezembro de 2007.

Ademais, o novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) estabelece, em seu artigo 12, §5º, que o poder público estadual, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, poderá reduzir a reserva legal para até 50%, quando o estado tiver ZEE aprovado e mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas, e por terras indígenas homologadas. Atualmente, cerca de 72% do Estado do Amapá é constituído por áreas protegidas. No entanto, o estado ainda não dispõe de um ZEE de todo o seu território aprovado, o que impede a aplicação dessa medida.



4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – dias a partir da assinatura do contrato

META	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO	DURAÇÃO (dias*)
		Unid.	
1	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos do meio físico-biótico do estado	relatórios e mapas aprovados	90
2	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios técnicos dos meios socioeconômico e jurídico-institucional do estado	relatórios e mapas aprovados	150
3	Avaliação e aprovação dos mapas temáticos e respectivos relatórios de Dinamismo da Paisagem Natural (estado ambiental, diversidade ecossistêmica, potencial natural e vulnerabilidade natural à erosão) e de Potencialidade Social (potencial do arranjo espacial da população rural, potencial humano, potencial produtivo e potencial institucional)	relatórios e mapas aprovados	210
4	Avaliação e aprovação da carta de subsídios à gestão do território e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	270
5	Realização de consultas públicas para discussão e validação da carta de subsídios à gestão do território e das diretrizes propostas	atas das consultas públicas elaboradas	330
6	Consolidação da proposta final da carta de subsídios à gestão do território e das respectivas diretrizes gerais e específicas de uso	relatórios e mapas aprovados	360
7	Elaboração dos indicadores de monitoramento da implementação do ZEE	indicadores elaborados	380
8	Elaboração do marco legal que institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá	marco legal elaborado	400
9	Aprovação do novo marco legal pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente e pela Assembléia Legislativa e sua publicação no Diário Oficial do Estado	marco legal publicado no Diário Oficial do Estado	445

19

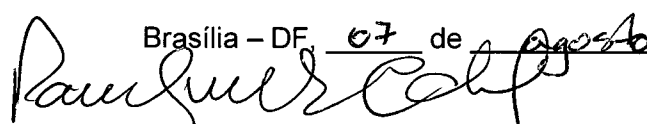


10	Realização dos ajustes finais e impressão dos mapas temáticos e relatórios técnicos	materiais gráficos publicados	505
11	Disponibilização do banco de dados relativo ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá em ambiente web	banco de dados disponibilizado	565
12	Encaminhamento ao MMA para análise pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)	ZEE encaminhado	600
13	Análise e aprovação do ZEE pela CCZEE, para fins de uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais	ata da reunião da CCZEE elaborada	660
14	Realizar atividades de capacitação de gestores públicos e privados para o uso e aplicação da base de informações do ZEE	relatórios dos cursos de capacitação realizados elaborados	730

OBS: (*) dias a partir da assinatura do contrato


E, para validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

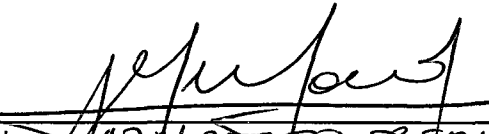
Brasília – DF, 07 de agosto de 2012.


PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento
Rural Sustentável

AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas
e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA

TESTEMUNHAS:


Nome: **BRUNO SIQUEIRA ABE SABER MIGUEL**
CPF nº: 060.610.126-83
CI nº: 12.338.626 (SSP/MG)


Nome: **ADALBERTO EBERHARD**
CPF nº: 173.309.980-87
CI nº: 202.957.992-3



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL
Esplanada dos Ministérios, Bloco "B" – 9º andar – Sala 950
CEP: 70069-900 – Brasília/DF – Fone: 2028-1364 / 1379

Memorando nº 128 /2012/DZT/SEDR/MMA


Em 03 de agosto de 2012

Ao Sr. Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Assunto: Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Amapá

1. Dado o parecer favorável da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, conforme DESPACHO/CONJUR/MMA/Nº837/2012, seguem, para assinatura e demais providências de publicação no Diário Oficial da União, duas vias do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, e o Estado do Amapá, por intermédio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, com vistas à elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico do estado.
2. À disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


ADALBERTO EBERHARD
Diretor do Departamento de Zoneamento Territorial

EM BRANCO

Recebido GAB/SEDR

03/08/12

As 15 h 15

[Signature]



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL



SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Amapá, por intermédio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA, inscrito no CNPJ sob o nº 34.927.285/0001-22, com sede na Avenida Feliciano Coelho, nº 1.509, bairro Trem, Macapá/AP. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA, por intermédio da SEDR, e o Estado do Amapá, por intermédio do IEPA, visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. c) Assinado em: 07.08.2012. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24 meses. g) Assinaturas: Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS) e CPF nº 313.278.261-00, e Sr. Augusto de Oliveira Júnior, Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Carteira de Identidade nº 291.562 (SSP/PA) e CPF nº 169.267.572-91.

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Autorizo Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente – MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR, conforme minuta acima apresentada. Encaminhe-se o presente processo à Coordenação Geral de Apoio Administrativo do Gabinete da Ministra – CGAA/GM para providências quanto à publicação do Extrato no Diário Oficial da União, Seção 3.

Brasília-DF, 07 de agosto de 2012.

LARISA HO BECH GALVIZZO
Chefe de Gabinete

Publicado no D.O.U. de ____/____/____
Seção ____ Pág. ____
Ass. ____

1. P. 11/12

João Vicente de A. da Costa
Coordenador Geral de Apoio Administrativo
Ministerio do Meio Ambiente - MMA
Gabinete da Ministra

CGAA/MMA/VGM

Recebido em:

08/08/12 às 16:20

[Handwritten signature]

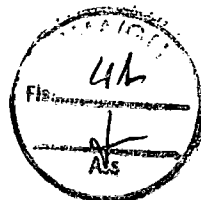


122

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 155, sexta-feira, 10 de agosto de 2012



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2012 - UASG 193124

Nº Processo: 02023003195201259. Objeto: Contratação de empresa especializada para: elaboração de projeto executivo de engenharia, com a finalidade de atualização modernização do sistema de ar condicionado Split na área de trabalho nos andares do Ibmama/Supes/RS, elaboração de estimativa de custos e termo de referência para contratação dos equipamentos e serviços necessários a implantação do projeto executivo de engenharia e fiscalização de implantação do referido projeto. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 10/08/2012 de 08h30 às 11h59 e de 13h às 17h59. Endereço: R. Miguel Teixeira, 126 - Cidade Baixa - Porto Alegre Cidade Baixa - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 10/08/2012 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/08/2012 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

JOAO PESSOA RIAGRANDE MOREIRA JUNIOR
Superintendente

(SIDECA - 09/08/2012) 193099-19211-2012NE800005

RETIFICAÇÃO

No Edital de Notificação nº 9/2012, publicado no Diário Oficial da União dia 09 de agosto de 2012, Seção 3 página 115, altera-se a origem. Onde se lê: Superintendência do Rio Grande do Norte leia-se: Superintendência do Rio Grande do Sul

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 19/2012 - UASG 193121

Número do Contrato: 3/2011.

Nº Processo: 02024002390201090.

PREGÃO SISPP Nº 6/2011 Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 76535764000143. Contratado: OI S.A. - Objeto: O presente Termo Aditivo visa prorrogar prazo de vigência do contrato original bem como classificar os recursos para atender a suas respectivas despesas decorrentes deste instrumento. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93. Vigência: 24/07/2012 a 25/07/2013. Valor Total: R\$46.800,04. Fonte: 100000000 - 2012NE800084. Data de Assinatura: 17/07/2012.

(SICON - 09/08/2012) 193034-19211-2012NE800005

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2012 - UASG 193126

Nº Processo: 02028000056201223.

PREGÃO SISPP Nº 1/2012 Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 32875635000129. Contratado: RAMALHO E CIA LTDA ME - Objeto: Contratação de Empresa RAMALHO E CIA LTDA, para fornecimento de forma parcelada, de água mineral engarrafada em garrafão de 20 litros para atender a demanda da Superintendência do IBAMA em Sergipe. Fundamento Legal: Lei 10.520/02, 8.666/93; Dec.3.555/00, 5.450/05, 3.722/01, 6.204/07; Lei Complementar 123/06; IN 05/91, IN 02/08 e altera Vigência: 20/07/2012 a 31/12/2012. Valor Total: R\$3.203,20. Fonte: 174193034 - 2012NE800088. Data de Assinatura: 20/07/2012.

(SICON - 09/08/2012) 193126-19211-2012NE800005

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2012 - UASG 193126

Nº Processo: 02028000056201223.

PREGÃO SISPP Nº 1/2012 Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E -DOS REC NAT RENOVAVEIS. CNPJ Contratado: 32875635000129. Contratado: W.M.W. COMERCIAL E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA. Objeto: Contratação da Empresa W.M.W. COMERCIAL MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA para fornecimento de forma parcelada, de café moído, açúcar cristal e papel higiênico, para atender a demanda da Superintendência do IBAMA em Sergipe. Fundamento Legal: Lei 10.520/02, 8.666/93; Dec.3.555/00, 5.450/05, 3.722/01, 6.204/07; Lei Complementar 123/06; IN 05/91, IN 02/08 e altera Vigência: 20/07/2012 a 31/12/2012. Valor Total: R\$4.559,98. Fonte: 174193034 - 2012NE800089. Fonte: 174193034 - 2012NE800091. Data de Assinatura: 20/07/2012.

(SICON - 09/08/2012) 193126-19211-2012NE800005

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032012081000122

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Termo de Ajustamento de Conduta, conforme abaixo especificado, tendo como compromitente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/TO. Objeto: fixar obrigações do compromissário para proceder no Licenciamento Ambiental do Empreendimento e, do compromitente (IBAMA) em suspender o Embargo do empreendimento correlato. Pelo IBAMA/TO:

TAC Nº	COMPROMISSÁRIOS	PROCESSO	AI	VIGÊNCIA
09/12	NOME: Eliot Amelio Remaden CPF/CNPJ: 038.172.181-20	02029.00154707-14	50265/D	365 dias

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO REGIONAL DE BELÉM

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, através do Coordenador Regional de Belém/PA, vem pelo presente cientificar pessoas físicas e jurídicas abaixo elencadas que os respectivos auto de infração foram julgados e homologados. Face ao exposto, ficam os senhores intimados para efetuar o pagamento da multa em cota única com desconto de trinta por cento o valor corrigido da penalidade (Art. 4º da Lei nº 8.005/1990) ou optar pelo parcelamento do débito sem direito ao desconto (Art. 99 da Instrução Normativa ICMBio nº 06/2009). O prazo para recolhimento da penalidade pecuniária será de 05 (cinco dias) a contar-se da presente publicação, informando-o que deverá procurar qualquer unidade descentralizada do ICMBio para emissão do(s) boleto(s) para quitação do débito. Informa-se ainda que é facultado a V.S. apresentar recurso de insinuação superior no prazo de 20 (vinte) dias, a partir desta publicação, nos termos do Art. 127 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Para o exercício do contraditório e da ampla defesa, os processos administrativos correspondentes e os documentos supracitados encontram-se disponíveis para vistas aos interessados no seguinte endereço: Coordenação Regional 04 - Belém: Av. Júlio César, 7060 - Val de Cans - Belém/PA CEP 66617-420.

INTERESSADOS	CPF/CNPJ	AUTOS DE INFRAÇÃO	PROCESSOS
Vilson Pupin	663.354.771-49	016416/A	02070.001823/2010-34
Izaquiel Ramos	962.429.732-00	003928/A	02122.000006/2011-14
Darci Aires de Souza	039.684.481-20	016707/A	02122.000286/2011-33
Aldina Ferreira Santa Brigida	575.732.392-20	024675/A	02656.000021/2011-15
Diemison Ferreira Sena	111.111.111-11	035485/A	02122.000229/2011-54
Laurivam de Oliveira Lima	047410311309	024612/A	02656.000023/2011-04
Dnair Gonçalves Coelho	027.316.602-91	024670/A	02656.000018/2011-93
Antonio Martins de Souza	040.082.002.15	024668/A	02656.000025/2011-95
Rosivaldo Ribeiro Figueiredo	809.483.432-49	035403/B	02122.000053/2012-11
Rogério Costa da Silva	024.792.663-65	016439/A	02122.000253/2011-82
Diego Chippes Souza	987.203.492-04	028444/A	02122.000049/2012-31
ITAGUAFORE, COM. E IND. DE MADEIRA E TRANSP. DE CARGAS LTDA	36.772.515/0001-57	016424/A	02070.001350/2010-75

FABIANO GUMEIR COSTA
Coordenador

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO GERAL DE FINANÇAS
E ARRECAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2012 - UASG 443033

Nº Processo: 02070004144201106.

PREGÃO SRP Nº 1/2012 Contratante: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. CNPJ Contratado: 10846495000128. Contratado: EMPORIO 3D PERSIANAS LTDA - Objeto: Contrato para aquisição e instalação de persianas horizontais, verticais, rolos, e painéis de aplicação interna, com medidas variadas, para o ICMBio e suas unidades descentralizadas. Fundamento Legal: Lei Nº 8.666/93. Vigência: 10/07/2012 a 10/07/2013. Valor Total: R\$981.000,00. Fonte: 100000000 - 2012NE801742. Fonte: 100000000 - 2012NE801802. Fonte: 100000000 - 2012NE802226. Data de Assinatura: 10/07/2012.

(SICON - 09/08/2012) 443033-44207-2012NE800342

INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 5/2012 - UASG 443020

Nº Processo: 02011000335201276. Objeto: Aquisição de Balança analítica com a garantia da qualidade METTLER TOLEDO. Equipamento padrão apresentando: Estrutura externa em liga de metal com alta resistência química Capa de proteção contra respingos. Célula de carga por compensação de força eletromagnética tipo Monobloc. Sistema de proteção a sobrecargas Sistema exclusivo FACT para ajuste interno automático, programado por tempo e temperatura. Protetor de vento com portas 1 Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Atender as necessidades da DIPEQ. Declaração de Inexigibilidade em 09/08/2012. SUINDARA RODRIGUES NEY. Diretora de Gestão Interina. Ratificação em 09/08/2012. LISZT BENJAMIN VIEIRA. Presidente. Valor Global: R\$ 9.789,65. CNPJ CONTRATADA: 49.372.576/0001-79 METTLER - TOLEDO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

(SIDECA - 09/08/2012) 443020-44206-2012NE800053

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Ministério do Meio Ambiente - MMA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.415.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 7º andar, Brasília/DF, e o Estado do Amapá, por intermédio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA, inscrito no CNPJ sob o nº 34.927.285/0001-27, com sede na Avenida Feliciano Coelho, nº 1.509, bairro Trefa, Macapá/AP. b) Objetivo: O Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica entre o MMA e por intermédio da SEDR, e o Estado do Amapá, por intermédio do IEPA visando a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá, na escala de 1:250.000, em articulação com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. c) Assinado em: 07.08.2012. d) Crédito: Não envolve recursos financeiros para as partes. e) Valor: Não envolve recursos financeiros para as partes. f) Prazo de vigência: 24 meses. g) Assinaturas: Sr. Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Meio Ambiente, Carteira de Identidade nº 675.375 (SSP/MS) e CPF nº 313.278.261-00, e Sr. Augusto de Oliveira Júnior, Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Carteira de Identidade nº 291.562 (SSP/PA) e CPF nº 169.267.372-91.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS
E AMBIENTE URBANO
DEPARTAMENTO DE AMBIENTE URBANO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00004/2012 ao Convênio Nº 70154/2008. Conventos: Concedente: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Unidade Gestora: 440079, Gestor: 00001. Conveniente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, CNPJ nº 04.104.816/0001-16. Solicitação de Prorrogação de Vigência por 360 dias. Valor Total: R\$ 200.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 21.000,00. Vigência: 30/12/2008 a 28/07/2013. Data de Assinatura: 02/08/2012. Signatários: Concedente: PEDRO WILSON GUIMARAES, CPF nº 004.231.901-30, Conveniente: JOSE MARCIO LONDE RAPOSO, CPF nº 573.487.748-49.

(SICONV(PORTAL) - 09/08/2012)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A SO DE
6+12
10/08/2012
Uma única cópia
GASIN-ATA

RECEBIDO NA SEDR

Em 10/08/12

As 12:15





SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL
GABINETE



Processo nº 02000.001456/2012-64

Fls. 42

Em 10 de agosto de 2012.

Ao Departamento de Zoneamento Territorial/DZT,

Encaminha-se processo com extrato publicado no DOU (Fls. 41) para conhecimento e demais providências.

Atenciosamente,


LARISA HO BECH GAIVIZZO
Chefe de Gabinete

*A gerencia do FEE para
as providências cabíveis*

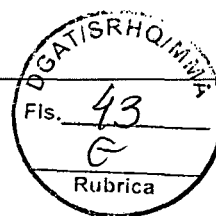

Adalberto Eberhard
Diretor do Depto de Zoneamento Territorial
SEDR/MMA

14/08/12.



MMA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO



Processo nº 02000.001456/2012-64

Interessado: DEPARTAMENTO DE GESTAO AMBIENTAL TERRITORIAL

- Aos 04 dias do mês de julho de 2017, procedemos o encerramento deste Volume nº I do Processo nº 02000.001456/2012-64 contendo 43 folhas, encerrando o trâmite do processo físico e abrindo-se em seguida o trâmite do processo eletrônico no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MMA.
- O processo será encaminhado para o procedimento de digitalização onde será devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado. E serão imediatamente transferidos ao Arquivo Central para devido arquivamento e guarda, em conformidade com os prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos.
- Fica vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente em suporte digital por meio do SEI/MMA.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Lima Ramos Barbosa, Analista Ambiental**, em 04/07/2017, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mma.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0000974** e o código CRC **64CDF61D**.

Referência: Processo nº 02000.001456/2012-64

SEI nº 0000974

0000974